

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS
CURSO DE HISTÓRIA

ROBERTO EDUARDO DE ALMEIDA RIBEIRO

A CRÍTICA AO PAN-AMERICANISMO:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA OBRA A *ILUSÃO AMERICANA* DE EDUARDO
PRADO

BRASÍLIA
JUNHO/2023

ROBERTO EDUARDO DE ALMEIDA RIBEIRO

A CRÍTICA AO PAN-AMERICANISMO:

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA OBRA A *ILUSÃO AMERICANA* DE EDUARDO PRADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: **Prof. Dr. Carlos Vidigal**

Modalidade de TCC: **Artigo**

BRASÍLIA
JUNHO/2023

ROBERTO EDUARDO DE ALMEIDA RIBEIRO

A CRÍTICA AO PAN-AMERICANISMO:

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA OBRA A *ILUSÃO AMERICANA* DE EDUARDO PRADO

Brasília, 23/06/2023

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal
Departamento de História - Universidade de Brasília-UnB
Orientador

Prof.^a Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Departamento de História - Universidade de Brasília-UnB

Prof.Dr. Virgílio Caixeta Arraes
Departamento de História - Universidade de Brasília-UnB

Dedicatória

Este trabalho é dedicado ao meu orientador Carlos Eduardo Vidigal, família e amigos, os quais deram-me suporte, apoio e virtuosas orientações para a conclusão do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos, em primeiro lugar, ao meu orientador, o Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal, cujo suporte, apoio e compaixão foram importantes não somente para a conclusão desta monografia, mas igualmente no processo de pesquisa. Agradeço, também, à liberdade metodológica, de pesquisa e de abordagem da temática deste trabalho, que foram dadas pelo professor Vidigal.

Expresso gratidão, da mesma forma, a minha família e amigos, os quais, em todo o processo de graduação da licenciatura de história, deram-me suporte emocional e incentivo constante para não desistir mediante aos muitos obstáculos. Destaco aqui tanto a gratidão quanto à afeição tanto pela minha mãe e irmã, tal como pelo meu pai, os quais participaram ativamente ao longo de meu percurso acadêmico, dando-me suporte de tantas maneiras que apenas os céus poderiam recompensá-las. Saliento, da mesma maneira, meus mais profundos agradecimentos aos meus amigos, especialmente Flávio Justino e Fernanda Brandão, os quais deram-me incentivos constantes frente aos diversos desafios que se colocaram diante de minha pessoa ao longo da graduação.

É do meu intento, também, agradecer ao Monge Gyoushuu e da família Tadokoro, por transmitirem seus ensinamentos e orientações a fim de me darem suporte tanto emocional quanto espiritual nessa jornada acadêmica.

RESUMO

O golpe republicano de 15 de setembro de 1889 representou uma mudança dramática não somente da forma de governo, mas também na visão política sobre o Brasil. No plano das relações exteriores, com a aproximação do Governo Provisório com o modelo americano, monarquistas como Eduardo Prado, por meio de sua obra *A Ilusão Americana*, procurou admoestar o Estado brasileiro dos perigos de um pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos. A visão de Prado nos abre uma janela não somente para a crise institucional entre a década de 80 e 90 do século XIX, mas nos oportuniza refletir sobre a história das relações exteriores do próprio Império, tanto para com os Estados Unidos quanto para a América Hispânica, através do projeto panamericano.

Palavras-chave: Pan-americanismo, Política Externa, Eduardo Prado.

RESUMÉ

Le coup d'État républicain du 15 septembre 1889 a représenté un changement radical non seulement dans la forme de gouvernement, mais aussi dans la vision politique du Brésil. En matière de relations extérieures, avec le rapprochement du Gouvernement provisoire au modèle américain, des monarchistes comme Eduardo Prado, à travers son ouvrage *L'Illusion américaine*, ont cherché à avertir l'État brésilien des dangers d'un panaméricanisme mené par les États-Unis. . La vision de Prado ouvre non seulement une fenêtre sur la crise institutionnelle entre les années 1880 et 1890, mais nous donne également l'occasion de réfléchir à l'histoire des relations extérieures de l'Empire, tant avec les États-Unis qu'avec l'Amérique hispanique, à travers la panaméricaine. projet.

Mots-clés : Pan-américanisme, Politique étrangère, Eduardo Prado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DUAS DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÕES	15
3. AS RELAÇÕES EXTERNAS DO BRASIL INDEPENDENTE E O PAN-AMERICANISMO	18
4. O IMPÉRIO DO BRASIL E A AMÉRICA HISPÂNICA	23
5. O PAN-AMERICANISMO E O BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX	25
5. CONCLUSÃO	31
6. REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

A ideia de uma união pan-americana, durante o século XIX no Brasil, passou por momentos de aproximação e distanciamento. Desde a mensagem de Monroe em 1823, o pan-americanismo foi uma ideia que despertou diversos tipos de sentimentos em toda a América Latina. No caso brasileiro, após o seu processo de independência em 1822, com a consolidação do regime monárquico, a ideia de uma união pan-americana não despertou muito interesse. Ao longo do Império do Brasil pode-se verificar uma gama de políticos céticos com um diálogo mais profundo com as Américas e alguns até mesmo críticos no aprofundamento de relações com as repúblicas americanas. Com o advento da República em 1889, o novo regime estabeleceu uma comunicação mais ampla com os países americanos, mas não sem angariar inúmeros críticos dessa aproximação. Dentre os críticos, Eduardo Prado destaca-se como o mais contundente. Ele publicou a obra *A Ilusão Americana* em 1893 cujo conteúdo fez forte crítica com relação à aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América e América Latina. Suas críticas tinham como objetivo central advertir os brasileiros contra a falsa ideia de uma fraternidade americana e os perigos da mimetização das instituições dos Estados Unidos. A crítica de Prado ao pan-americanismo, sendo assim, nos abre uma oportunidade de análise histórica para observar o posicionamento do Brasil, não só durante o regime monárquico, mas também na primeira década republicana. Seu argumento central, de uma “ilusão americana”, é o ponto de partida desse trabalho não só para entender o contexto da crítica de Prado, como refletir sobre as possíveis origens por de trás de seu argumento.

A primeira década republicana foi marcada por uma série de desafios institucionais, econômicos e sociais. O regime recém-instalado enfrentou não apenas as inúmeras transformações que aconteciam ao longo da implementação do novo regime, mas tinha de se fazer legítimo diante de uma oposição monarquista ainda existente. Dentre esses monarquistas, destacou-se Eduardo Paulo da Silva Prado, que foi um escritor, jornalista e advogado cujas análises concentraram-se principalmente na vida política brasileira. Ele foi, segundo Levi (1977), filho de Martinho da Silva Prado e Veridiana Valéria da Silva Prado, uma família abastada envolvida tanto com a política quanto com o comércio paulistano. O irmão de Eduardo Prado, Martinho Prado Junior, por exemplo, esteve envolvido na política nas décadas finais do império, onde foi deputado na Assembleia Provincial de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista. É possível, assim, observar como a família Prado esteve ligada

com as estruturas simbólicas, políticas e econômicas ao longo não só Império do Brasil, mas como também durante a República.

A reação oposicionista de Prado ao advento da república, no Brasil, deste modo, obedeceu a princípios mais ideológicos ligados a monarquia, uma vez que parte de sua família estava alinhada com os ideais republicanos. A obra mais notável de Prado, *A Ilusão Americana*, publicada em 1893, refere-se a esse momento da história brasileira. Com a instalação do governo republicano a partir de 1889, Eduardo Prado, que se encontrava em Lisboa, observou o fenômeno não com entusiasmo, mas de maneira crítica. Torres, ao analisar essa reação contundente de Prado em relação ao regime republicano, analisou que:

Nem todo o mundo, evidentemente, aplaudia a mudança. Entre eles um jovem escritor, amigo de Eça, de muito talento, que se achava em Lisboa, e reagiu violentamente, glosando em artigos bem escritos e de alto sabor satírico o novo regime. Assinava Frederico de S. Afinal, em livro, temos estes notáveis Fastos da ditadura militar, que; se nem sempre são exatos quanto à matéria dos fatos (eram artigos de imprensa, com base nas informações que chegavam à Europa), são notáveis como crítica, e, afinal, os Atos e atas do Governo Provisório, de Dunshee de Abranches na secura do texto oficial, constituem um libelo mais documentado contra o governo de Deodoro. Eduardo Prado, mais tarde em São Paulo, associa-se com Afonso Arinos de Melo Franco, o criador do gênero regionalista na ficção brasileira, e começa a fazer campanha contra o regime, em grande classe, com bons auxiliares, formando uma equipe valorosa. Eduardo Prado, ademais de brilhante, era culto e de convicções sólidas, defendendo, naqueles tempos de agnosticismo generalizado, o catolicismo; A morte, que o atingiu mal entrado na idade madura, cortou uma grande carreira. (TORRES, 2017, p.385)

A obra *A Ilusão Americana*, por conseguinte, tratou-se desse manifesto incisivo de Prado contra a política externa do então recente Estados Unidos do Brasil. Fosse por razões ideológicas ou dos possíveis impactos econômicos que sua família sofreu com o advento da república, Prado viu-se impelido a denunciar uma aproximação perigosa entre o Brasil e os Estados Unidos da América. A sua obra, conseqüentemente, não foi recebida pelo governo republicano com entusiasmo. No prefácio da 2ª edição da obra, Prado (2003, p. 9) afirma que “este pretencioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil”. Sendo a obra polêmica para aquele momento, resta-nos questionar quanto os motivos que orientaram Prado nessa crítica contra os perigos da ilusão americana em relação ao Brasil. O que é essa ilusão americana e como ela pode nos ajudar a observar esse período através das críticas de Prado?

A ilusão americana, a qual se refere Prado ao longo de boa parte da obra, pode ser compreendida como uma advertência do autor para o que ele entendia como uma falsa confraternização entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Prado diz:

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nós achamos separados não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo. (PRADO, 2003, p.11)

A ilusão, todavia, não se restringia apenas no campo das relações diplomáticas e econômicas, mas se seguia em uma espécie de mimetização do governo republicano brasileiro as instituições e modos americanos. É fato que o governo republicano teve como referência os Estados Unidos ao rebatizar o Império do Brasil como Estados Unidos do Brasil e, da mesma forma, pode-se citar a bandeira do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil que durou meros quatro dias. As imitações não parecem ter se limitado apenas no campo simbólico, mas Bastos, ao analisar a obra de Prado, observa que essas mimetizações chegaram inclusive nas áreas de ensino. Ela diz:

Os que se opunham ao modelo tiveram um forte apoio no livro de Eduardo Prado A Ilusão Americana, publicado em 1893, em que o autor busca combater o que considera servilismo dos dirigentes da República na imitação dos Estados Unidos. A apreensão pela política de grande parte da primeira edição do texto aumentou o debate sobre este. O fato é que se pode assinalar, principalmente em São Paulo, a renovação dos métodos de ensino e de técnicas de educação em grande parte graças à contribuição norte-americana. (BASTOS, 2002, p. 372)

Bastos, desta forma, não só confirma que a obra teve um papel notório entre aqueles que se opuseram ao modelo republicano, como também sua denúncia não é fruto unicamente de discordância ideológica de Prado, mas evidencia uma forçada “americanização” do Brasil naquele contexto. Deve-se, ainda assim, destacar que Prado não se restringe a admoestar apenas a aproximação com os Estados Unidos, mas também oferece posição igualmente cética em relação à aproximação com a América Latina. Prado afirma:

A fraternidade americana é uma mentira. Tomemos as ações ibéricas da América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa. O México deprime, oprime e tem, por vezes, invadido a Guatemala, que em sangrentíssimas guerras com a República de El Salvador, inimiga rancorosa da Nicarágua, feroz adversária de Honduras, que não morre de amores pela República de Costa Rica. A embrulhada e horrível história de todas estas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio. E onde fica a solidariedade americana, onde fica a confraternização das repúblicas? (PRADO, 2003, p.12)

A ilusão americana, portanto, não se restringe apenas a aproximação e mimetização dos Estados Unidos, mas igualmente adverte o leitor contra a mentira por de trás da fraternidade americana como um todo. Há, ao que parece, um elemento isolacionista presente na crítica de Prado quanto ao papel do Brasil em sua política externa em relação às Américas. A obra de Prado, também, em alguns momentos, lastima a queda do regime monárquico, pois essa gozou, na percepção do autor, de alto prestígio diante da comunidade internacional.

Prado, para isso, traz o relato de dois litígios que ocorreram, após a guerra civil americana, entre Estados Unidos, Inglaterra e França. Ele diz:

Terminada a guerra civil, houve grande litígio entre a Inglaterra e os Estados Unidos, a célebre contenda conhecida pelo nome de Questão Alabama. O governo do Brasil foi escolhido pelas altas partes litigantes para ser um dos árbitros entre as duas grandes nações. Não podia ser mais solenemente reconhecida do que foi então a lealdade e a correção do governo do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, surgiu um litígio derivado ainda da guerra civil americana. O conflito era entre as duas grandes repúblicas do mundo, entre a França e os Estados Unidos. O árbitro único escolhido foi o Imperador do Brasil. No tribunal que funcionou em Washington, representou o soberano brasileiro o Sr. Barão de Arinos. No tribunal do Alabama, que funcionou em Genebra, o juiz brasileiro foi o falecido barão, depois visconde de Itajubá. Vê-se, por isso, qual não era o prestígio do Brasil. (PRADO, 2003, p. 28)

A exaltação do prestígio do Império, as críticas contundentes a aproximação mimetizadora para com os Estados Unidos e a advertência da falsa fraternidade entre as nações latino-americanas, por conseguinte, colocam o texto de Prado mais no campo opinativo do que realmente um trabalho historiográfico. O elo entre esses três elementos, como pode ser observado, é o contexto das relações internacionais do Brasil ao longo do Império e nos primeiros anos da República da Espada.

A obra de Prado, assim, não só foi capaz de engendrar uma crítica contundente as ações emulativas da República da Espada para com os Estados Unidos, mas também serviu de base teórica para o pensamento antiamericano – embora possa-se achar vozes já no século XIX – presentes ao longo do século XX do Brasil. A obra, desta forma, possui uma relevância histórica e social tanto para a historiografia que visa analisar a oposição monarquista à República na década de 90 do século XIX no Brasil, quanto possui relevância, ainda hoje, para a compreensão da influência latente que gerou em vários setores políticos e ideológicos brasileiros.

O estudo da obra de Prado, assim, abre uma oportunidade singular para observar o cerne que contextualizou boa parte da oposição monarquista e conservadora ao longo da Primeira República. *A Ilusão Americana* entrou para a historiografia brasileira como uma reflexão, entre várias outras obras do mesmo período, a respeito dos perigos de se abraçar modelos exógenos em detrimento das experiências políticas e históricas tanto brasileiras quanto latino-americanas. Ventura, deste modo, observa a importância tanto de Prado quanto da sua obra em relação às reflexões do Brasil acerca da América Latina, ele diz:

Outros brasileiros, seus contemporâneos, também refletiram sobre a situação latino-americana no período entre o fim do Império e a consolidação da República, de 1880 a 1920, como lembra Antônio Candido. Joaquim Nabuco escreveu Balmaceda (1895) sobre o político chileno e mostrava sua desconfiança pelos aspectos

populares de sua atuação, no que desvelava suas próprias referências aristocráticas. Eduardo Prado ironizou, em *A ilusão Americana* (1893), a “fraternidade americana” e chamou a atenção para a “rapinagem dos Estados Unidos” em relação aos países da América Latina. Oliveira Lima discutiu, em *Pan-americanismo* (1907), os perigos e o caráter imperialista da Doutrina Monroe, assumindo posições semelhantes às de Bonfim. (VENTURA, 2002, p. 287)

O presente artigo, portanto, procurou refletir sobre a crítica de Prado, em relação ao pan-americanismo e a ilusão americana, como uma oportunidade de compreender as relações exteriores do Brasil entre o final do Império e ascensão da República. Prado, ao longo da obra, destaca o prestígio da diplomacia brasileira ao longo do Império, mas como eram as relações exteriores do Império e principalmente no final do século XIX? Como o Império observava tanto os Estados Unidos e a América Latina? Como as transformações políticas, sociais e culturais, entre 1880 e 1890 podem ter influenciado ou não nessa aproximação do Brasil com o continente americano? Esses questionamentos ajudam-nos a compreender não somente a obra de Prado quanto testemunho histórico, mas também como seu argumento central, contrário a uma aproximação brasileira para com as américas, deve ser entendido como produto de seu contexto.

2. DUAS DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÕES: UMA MONARQUIA PRESSIONADA E O ADVENTO DA REPÚBLICA.

As duas décadas finais do século XIX, no Brasil, foram marcadas por inúmeras transformações e desafios. Na economia, a expansão cafeeira quase dobrara em relação às décadas de 60 e 70, atendendo, assim, uma forte demanda internacional puxada principalmente pelos Estados Unidos. A segunda metade do século XIX, também, marcou o início do processo de modernização da infraestrutura econômica e urbana do Brasil. A criação de linhas de telégrafo em 1872, a expansão da malha ferroviária, a expansão do processo de industrialização e outros, provocaram uma mudança abrupta na sociedade brasileira. No campo político, o Império lidava não mais com rebeliões provinciais, consolidação do poder central ou a contenda com os vizinhos sul-americanos, mas sim de garantir reformas mais abrangentes, descentralizadas e que aumentasse a participação das elites provinciais. O processo de abolição, acelerado principalmente nas últimas décadas, observou a instituição de várias leis, tais como a Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1885), Lei Áurea

(1888), em um curto espaço de tempo. As últimas décadas do século XIX, no Brasil, portanto, observaram inúmeras querelas políticas e econômicas que contextualizaram a queda do regime monárquico e o advento da república.

A expansão cafeeira, por exemplo, impactou a economia brasileira em diversos sentidos e, desta maneira, contribuiu tanto para o desenvolvimento da infraestrutura econômica do país, na segunda metade do século XIX, como para a procura de formas alternativas de mão de obra, isto é, o processo de imigração. Paula observa isso quanto elenca os resultados dessa expansão, principalmente em São Paulo, ele diz:

A expansão cafeeira estimulou e induziu outras transformações decisivas na economia, sobretudo em São Paulo. É o que se vê quando se consideram os efeitos da expansão das ferrovias sobre os custos de transportes, barateando-os; sobre a mecanização da estrutura produtiva; ou ainda por seu impacto sobre a unificação do mercado interno. (PAULA, 2012, p. 209)

No cenário político, por seu turno, a abolição marcou a separação entre a elite rural e a coroa, uma vez que o uso da mão de obra escrava terminaria e a imigração, necessária para sustentar a economia cafeeira, encontrava entraves na própria estrutura monárquica. A monarquia, desta forma, além de sobrecarregada era vista cada vez mais como objeto de prejuízo e entrave ao progresso por parte da elite brasileira. Carvalho, por sua vez, traz a análise de que o regime, além de não conseguir reagir diante dessas demandas, também não conseguia observar o desgaste das instituições que aconteceu gradualmente. Carvalho diz:

Outra consequência negativa da abolição foi agravar a desmoralização dos partidos políticos, todos eles, inclusive o republicano, divididos em torno da questão. O dano maior, no entanto, foi para os dois partidos monárquicos, já enfraquecidos pela redução da franquia eleitoral. Aos fatores já mencionados de enfraquecimento da monarquia acrescentava-se mais esse. O regime estava indefeso e o imperador não parecia disposto a tomar providências. (CARVALHO, 2012, p. 123)

A capacidade de reformar-se, por parte do Império, desde a década de 60 do século XIX já era tida como lenta e pouco eficiente. O ritmo não foi interpretado como o melhor que se podia ter para aquele momento e paulatinamente a monarquia foi considerada mais como um entrave ao progresso. Lynch, por sua vez, analisa que a culpa não era exatamente do modelo monárquico, mas sim de um arranjo institucional regressista vigente desde meados de 1840, ele então diz:

Essa maior complexidade da sociedade punha cada vez mais em relevo a inadequação, não do regime monárquico-constitucional em si, mas do arranjo institucional regressista instituído por volta de 1840 a título de resguardar o país da

anarquia e do desmembramento. Atribuindo o atraso do país ao passado ibérico e colonial, a que a maior parte dos conservadores seria supostamente aferrada, liberais americanistas e anglófilos, como Tavares Bastos, já clamavam, na década de 1860, ser preciso tirar o Brasil da inércia e da rotina, incutindo-lhe o amor da liberdade e fomentando o progresso em todos os campos da atividade humana. (LYNCH, 2018, p. 197)

O reflexo deste arranjo institucional regressista, culminou na incapacidade do governo monárquico de se reformar em razão das inúmeras mudanças que aconteceram no Brasil do final do século XIX. A leitura de um governo monárquico pressionado e vagaroso é reforçada por Torres que ao elencar as razões para a ascensão da República, observa que:

A prova mais cabal de que o Império vivia um período crítico nos anos que se seguiram ao término da Guerra do Paraguai, dá-nos o grande número de “questões” que então surgiram, obrigando os estadistas brasileiros a um desdobramento de esforços, a uma sobrecarga de tarefas, a um cuidado maior em defesa das instituições, para, afinal virem a falhar. (TORRES, 2017, p. 567)

O advento da república no Brasil, à vista disso, não pode ser interpretado como uma surpresa, mas como consequência da inaptidão do regime monárquico ante as transformações socioeconômicas no final do século XIX. A república, desta forma, foi a resposta das elites políticas e econômicas em face das diversas demandas que se acumulavam, mas que não tinham respostas totalmente adequadas para aquele momento. A crítica de Prado, sendo assim, insere-se em um contexto conturbado e que dialoga em boa medida com uma monarquia mais em crise do que efetivamente preponderante tanto no cenário interno quanto externo.

O golpe republicano de 1889 não representou um avanço imediato rumo ao progresso econômico e institucional sonhado por boa parte das elites brasileiras. As crises acumuladas no regime monárquico não desapareceram com o mesmo, mas foram confrontadas ao longo de todo o processo de instalação da nova república. Na área econômica, Franco observa que a primeira década republicana foi marcada por mudanças estruturais, mas que ainda assim foram em boa parte obscurecidas pela crise política que se estabeleceu após a queda do regime monárquico. Ele observa:

A primeira década republicana, além de trazer mudanças estruturais na economia, será pródiga em crises políticas, embates doutrinários e grandes personalidades, de modo que a política econômica desses anos não encontra explicações simples em nenhuma de suas inflexões. A década de 90 seria memorável em seus debates entre metalistas e papelistas em torno da orientação a ser dada à política macroeconômica. Nos primeiros anos a balança tenderia para estes, pois a República teria como se primeiro ministro da Fazenda um campeão papelista de indisputado talento, ninguém menos do que Rui Barbosa. Todavia, a necessidade de se flexibilizar a política monetária geraria excessos, assim multiplicando resistências, de modo que o experimento papelista teria cura duração. A depreciação cambial de 1891, por outro lado, haveria de inaugurar um período de hesitações e de progressiva deterioração das contas externas. (FRANCO, 1990, p. 11)

Nesse contexto de crise econômica, política e social, com a ascensão da república no Brasil, a obra de Prado encaixa-se na ala crítica e ela evidencia parte desses equívocos cometidos nas primeiras décadas do regime. *A Ilusão Americana*, assim, não apresenta uma defesa contumaz da monarquia, mas aconselha-nos diante os perigos da “ilusão americana”, portanto grossa parte de sua crítica encontra-se no campo das relações externas, na qual Prado observa uma qualidade maior quando no regime monárquico do que no republicano. A recepção da obra por parte do governo provisório, todavia, não foi a melhor e, conseqüentemente, a mesma foi alvo de censura prévia. Logo fica evidente como a crise política estabeleceu-se ao longo da última década do século XIX no Brasil e de que forma as forças políticas estavam reagindo ante as transformações que ocorreram naquele momento.

3. AS RELAÇÕES EXTERNAS DO BRASIL INDEPENDENTE E O PAN-AMERICANISMO

O cerne da crítica de Prado se estrutura em três pontos, os quais merecem uma análise historiográfica para saber se possuem procedência ou não com o desenrolar dos fatos. O primeiro é o prestígio do Império ante a comunidade internacional. O segundo os perigos da “ilusão americana” e dessa mimetização dos Estados Unidos. O terceiro trata-se da falsa ideia de “fraternidade” entre as nações do continente Europeu. Como visto no tópico anterior, o Brasil no final do século XIX foi marcado por intensas transformações econômicas, políticas e sociais. Como eram, então, as relações externas entre o Império, os Estados Unidos e a América Latina? A compreensão das relações exteriores do Brasil para com as Américas, em certa medida, contextualizará não somente a obra de Prado como também oferecerá uma perspectiva dos interesses políticos e econômicos ao longo do Império.

As relações exteriores do Brasil começam já no processo de independência que culminou na emancipação do Estado brasileiro em relação à Portugal. Nesse caso vale ressaltar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que, em 1822, terá como liderança José Bonifácio de Andrada e Silva. O órgão foi criado, como avalia Castro (1983, p. 22), como um elemento central cujo objetivo era o de “assumir o planejamento, a execução da política externa e as relações do país com as demais nações através das suas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares”. Após a independência, Bonifácio observou a grande tarefa que estava diante de si como Ministro dos Negócios Estrangeiros, o qual era o garantir

o reconhecimento e o estabelecimento do novo Império na comunidade internacional daquele momento. Castro, desta forma, ao avaliar a gestão Bonifácio, nota um primeiro interesse do Brasil em relação à Europa por razões de crédito financeiro. Ele afirma:

O Erário ainda não tinha estabelecido fundos fora do país. Os ordenados eram pagos, habitualmente, no Brasil, em mil réis, a procuradores que se encarregavam de os remeter aos beneficiários no exterior. (...). Não somente a necessidade de pagamentos no exterior, mas a falta de numerário para atender aos crescentes gastos com a defesa, segurança e a estabilidade do Império obrigou o Governo a autorizar, por DECRETO de 5 de janeiro de 1824, a contratação de um empréstimo de três milhões de libras. (CASTRO, 1983, p. 29)

As relações exteriores do Brasil, após a independência, portanto, tiveram na Europa não somente o lugar para o reconhecimento e a legitimidade da monarquia brasileira, mas também atendia aos interesses econômicos pela procura de crédito e comércio. A escolha da Europa, ao invés das nações americanas, igualmente, atendeu uma certa verossimilhança do governo monárquico brasileiro para com as cortes europeias. Ricupero, ao avaliar essa a orientação inicial da política externa brasileira para o continente europeu, interpreta como a aceitabilidade e reconhecimento do Brasil foram facilitados pela forma de governo em comum. Ele analisa:

Da mesma forma que o processo interno da independência, os problemas internacionais que suscita apresentam no Brasil mais pontos de diferença que de semelhança com o restante da América Latina. A natureza, sobretudo pacífica e evolutiva, da independência brasileira deveria normalmente ter conduzido a uma aceitação externa mais fácil. Teria sido igualmente natural esperar menor dificuldade de reconhecimento da única nação americana a manter a forma monárquica de governo e ter à sua frente não só um príncipe de sangue, mas o herdeiro do trono da metrópole, características importantes na fase de reação legitimista da Europa. (RICUPERO, 2017, p. 120)

A escolha de uma forma de governo monárquica, sendo assim, criava um ponto de facilidade para o diálogo diplomático com as demais monarquias europeias, mas, em relação às novas repúblicas americanas, o recente Império do Brasil possuía diferenças significativas que dificultavam o diálogo no campo da diplomacia. A questão do dissabor dos monarquistas para com as repúblicas americanas, em especial os Estados Unidos, torna-se evidente já na Assembleia Constituinte de 1823 onde Martim Francisco Ribeiro de Andrada, membro da assembleia, destaca sua preocupação tanto para com os membros de partidos ligados à causa das cortes de Portugal quanto aos partidos republicanos que, na visão do mesmo, “sustentam e apregoam a separação de todas as províncias em repúblicas independentes, mas confederadas

entre si, a imitação dos Estados Unidos da América”¹. José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, membro da mesma assembleia em 1823, por sua vez, adverte os presentes deputados, representantes de todos os povos do Brasil, sobre a ilusão e sedução que se escondiam sobre os belos ideais praticados pelos vizinhos hispânicos, ele diz:

Ilustres espectadores que me ouvis, povos todos do Brasil, até onde a minha fraca voz puder chegar, não vos iludais, e menos a aparência do belo ideal vos seduza; aprendei com o exemplo de Nápoles, da Espanha, e do pobre e desgraçado Portugal; tirai proveito da experiência que nos tem ensinado à custa dos nossos vizinhos da América Espanhola, e um dia as gerações futuras abençoarão nossas obras, e melhor elogiarão a constância e firmeza do caráter brasileiro. ²

Costa Aguiar, nesse caso específico, não está diretamente a aludir sobre uma ilusão de fraternidade americana e muito menos de uma sedução republicana, mas posiciona-se contra a proposta de projeto de anistia apresentado pelo Deputado Antônio Martins Bastos em 9 de maio de 1823, cujo objetivo era o de promover uma anistia generalizada a quaisquer envolvidos em questões políticas durante o processo de independência. A anistia, nesse caso, se aprovada, de acordo com os ideias liberais que vinham borbulhando tanto na península ibérica quanto na América Espanhola, concederia um perdão a todos os oponentes do recente regime monárquico que tivessem sido, relembra Martins Bastos, “presos, ausentes ou expatriados”³. Pode-se concluir que, no princípio do Império do Brasil, o governo monárquico mantinha um diálogo com as tradições europeias e que as repúblicas americanas eram vistas como um estímulo inconveniente de ideias que podiam ameaçar a segurança do Império. Manter uma proximidade relevante, mas com uma distância suficiente do contágio republicano, desta forma, colocava o Brasil em um lugar singular na diplomacia americana. Tal medo de um contágio republicano pode ser observado pela rejeição da proposta de Martins Barros, em que a anistia não só foi negada aos opositores da monarquia ao longo do processo de independência, como também os deputados viram na punição da lei a forma efetiva de garantir a efetiva pena contra aqueles que em algum momento vieram ameaçar a coesão e a legitimidade do estado imperial. Observa-se, assim, que não só o Império buscava uma garantia de legitimidade frente ao cenário internacional, principalmente em relação às potências europeias como, nos primeiros anos após o processo de independência, buscou

¹ AS, sessão de 26 de maio de 1823, v. 1, p. 169.

² AS, sessão de 22 de maio de 1823, v. 1, p. 139-140.

³ AS, sessão de 09 de maio de 1823, v. 1, p. 71.

sufocar e garantir a legitimidade da monarquia ante quaisquer ideais republicanos que surgissem dentro da nação.

Essa política externa, no princípio do Brasil independente, por sua vez, tornou praticamente inócua a mensagem de Monroe em 1823, a qual, para essa classe política que paulatinamente ia se consolidando no poder brasileiro, se não um sonho, representava um possível perigo ao estimular os sediciosos movimentos republicanos que objetivavam fragmentar o Império. O Império, voltado politicamente para a Europa, desta maneira, não possuía muito interesse na criação de uma “liga americana” de nações, fato esse que, por sua vez, favoreceu a influência inglesa ao longo de boa parte do século XIX tanto no Brasil quanto em outras nações latino-americanas. Cervo e Bueno, ao analisar esses primórdios do pan-americanismo e a mensagem de Monroe, observam-nos como ineficazes e inúteis na prática, pois, eles observam:

A mensagem de Monroe em 1823, além de inútil, porque feita ao abrigo da esquadra inglesa no momento em que a veleidade francesa se dissipara, era obsoleta: o único fato substantivo de então era a competição para a obtenção de maiores benefícios desse mercado. O fracasso do Congresso do Panamá (1826) faz sentido: o pan-americanismo não despertava tanto interesse, o que favorecia os ingleses, que temiam uma liga americana sob o comando dos Estados Unidos; assim, a América Latina abria-se às rivalidades interamericanas, à penetração europeia e à competição internacional. (CERVO, 2022, p. 23)

O fato de uma liga americana sob o comando dos Estados Unidos ser uma ameaça ao domínio inglês, afirmado por Cervo, contudo, não parece uma interpretação em consonância com as fontes e dados historiográficos. Nem a veracidade de que o pan-americanismo, em seu início, não despertava interesse por parte da América Latina. O embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, em um artigo seu que trata das relações do Brasil com os Estados Unidos, destacou a relevância desses para as relações externas brasileiras nos primórdios da independência. Corrêa comenta:

A partir de 1825, o Brasil começou a insistir para que os EUA aumentassem o nível de representação no Brasil e negociasse um Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva. É significativo anotar uma reprovação feita pelo ministro Carvalho e Mello a uma sugestão partida de Silvestre Rebello no sentido de incluir os estados que se haviam formado a partir das colônias espanholas. Diz Rebello que a sugestão “não foi agradável ao Imperador” por não haverem instruções naquele sentido, “nem era conveniente envolver-nos geralmente com (aqueles) estados sem com eles termos particulares relações”. Esta significativa troca de correspondência mostra que, desde os tempos iniciais da Independência, o Brasil já procurava conduzir suas relações com os EUA desfilado dos vizinhos hispânicos. Nossa autopercepção de país atlântico nos indicava já então o interesse em não limitar à circunvizinhança nossos interesses mais amplos de inserção internacional. (CÔRREA, 2016, p. 142-143)

As relações iniciais do Império do Brasil e dos Estados Unidos, contudo, pouco favoreceram a ampliação de qualquer interesse pela ideia de pan-americanismo. Com o reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos em 1824, a necessidade celeres dos americanos em estabelecerem relações com o novo Império, logo, refletiram no primeiro Encarregado de Negócios Condly Raguet em 1825. Os objetivos de Raguet, como analisa Raffaelli:

Os principais interesses americanos, tais como refletidos nestas instruções, repetem-se durante as primeiras décadas seguintes ao estabelecimento de relações diplomáticas: aumento das exportações, tratamento da nação mais favorecida, rejeição da influência britânica e encorajamento da extinção do tráfico (mas não da escravidão). Outra preocupação, mais forte em 1825 do que decênios mais tarde, era a aplicação da Doutrina Monroe. (RAFFAELLI, 2006, p. 52)

Raguet, por sua vez, não seria bem-sucedido nos objetivos pelos quais havia sido designado pelo poder americano. A proposição tanto de um estreitamento de laços quanto da ampliação das trocas comerciais entre os dois países foi na prática minada pela Guerra da Cisplatina entre 1825 e 1828. A guerra teve sua nos fundamentos geopolíticos coloniais tanto de Portugal quanto da Espanha, do que realmente atendia interesses preponderantes dos novos países. Doratioto, ao examinar esse conflito no Rio do Prata, explica:

Nestes, é verdade, havia pecuaristas, em Buenos Aires e no Rio Grande do Sul, que obteriam ganhos econômicos com o acesso ao estoque de gado na Banda Oriental, mas inexistiam outros interesses que justificassem a longa e desgastante guerra. A incapacidade de comando militar de Pedro I e sua persistência em prolongar o conflito sem apresentar resultados positivos contribuíram para seu desgaste político, processo este que o obrigou a abdicar ao Trono brasileiro em 7 de abril de 1831. Na realidade, somente a partir desta data é que os brasileiros efetivamente passaram a governar o Brasil. (DORATIOTO, 2014, p.21-22)

O bloqueio do rio da prata, durante guerra, lembra Raffaelli (2006, p.171-172), gerou uma série de “abusos praticados pela Marinha brasileira contra navios mercantes”, tal ação, conseqüentemente, fez Raguet sair de seu posto sem a devida anuência do governo americano. Tais imbróglios diplomáticos entre o Império do Brasil e os Estados Unidos podem ser observados em inúmeras outras situações ao longo do século XIX. Essa difícil relação entre a república americana e a monarquia brasileira, portanto, acabaria por deixar certos sentimentos em parte da camada monarquista da política brasileira. A visão de um país atlântico, da mesma maneira, afastava a política externa do Brasil de um diálogo mais profundo com sua vizinhança sul-americana.

4. O IMPÉRIO DO BRASIL E A AMÉRICA-HISPÂNICA

É notório, também, destacar as relações entre o Império do Brasil e as nações hispano-americanas, as quais foram marcadas mais pela guerra do que por diálogos. Com um Império se observando como uma nação atlântica, direcionado, em boa parte do século XIX, à Europa e com dificuldades de estabelecer relações diplomáticas mais estreitas com os Estados Unidos, a América Hispânica, portanto, ficou em uma posição pequena nos interesses brasileiros. A importância da Inglaterra, por exemplo, como analisa Carvalho (2012, p.282), “foi enorme na política, no comércio, na questão do tráfico, nas finanças e no pensamento nacional”. Com Carvalho inclusive analisando a relação do Brasil com os países da América Hispânica desta forma:

Segundo Bethell, as relações do Brasil com os países da América Hispânica, à exceção dos platinos, foram “extremamente limitadas”. Com as repúblicas do Pacífico, elas foram “quase nulas”, limitadas a negociações de fronteiras. (...) O México apareceu no horizonte brasileiro apenas quando foi governado pelo arquiduque Maximiliano, da casa de Habsburgo-Lorena, parente de d. Pedro II. Resta, então, queiramos ou não, a conclusão de que o principal ponto de contato do Brasil com os países hispano-americanos foi a guerra. Elas foram três, a de 1825-1828, motivada pela separação da Banda Oriental e sua anexação pelas Províncias Unidas do Rio da Prata; a de 1851/1852 contra Juan Manuel de Rosas, que tinha sitiado Montevidéu, desta vez em aliança com o governador de Entre Ríos, José Justo de Urquiza; e a de 1864-1870 contra o Paraguai, em aliança com o Uruguai e as Províncias Unidas. (CARVALHO, 2012, p. 282)

A falta de interesse em um relacionamento profundo com os vizinhos sul-americanos, após o processo de independência em 1822, foi o que configurou o cenário da Guerra da Cisplatina, o qual mais refletia, como avalia Vidigal (2014, p.11), um “projeto geopolítico da antiga metrópole portuguesa, que era ter soberania sobre território ao sul”. Nota-se, assim, que as primeiras relações entre as nações sul-americanas e o Império brasileiro, foram marcadas principalmente por uma gama de querelas advindas do passado colonial da região. A Inglaterra, tal como os Estados Unidos como já visto anteriormente, foi prejudicada em seu comércio na região, fez então uma mediação entre as Províncias Unidas e o Império do Brasil com o objetivo de retomar a normalidade na Bacia do Prata. Ao examinar essa mediação, Vidigal observa:

Prejudicada em seu comércio na região, a Grã-Bretanha fez uma intervenção diplomática, impondo a paz e obtendo o compromisso de que o Império do Brasil e as Províncias Unidas aceitassem a independência do território em litígio. Em 27 de agosto de 1828 foi assinada a Convenção Preliminar de Paz, pela qual surgiu a República Oriental do Uruguai, cuja existência como Estado soberano foi garantida perpetuamente pela Inglaterra, pelo Brasil e pelas Províncias Unidas. E assim terminou a guerra originada mais da lógica da geopolítica colonial que de interesses vitais dos novos países, embora tanto em Buenos Aires quanto no Rio Grande do Sul houvesse pecuaristas que obteriam ganhos econômicos com o acesso ao estoque de gado na Banda Oriental. Para os brasileiros, ficou clara a incapacidade militar de Pedro I e a sua responsabilidade no prolongamento inútil do conflito, contribuindo

para aumentar seu desgaste político, que decorreu de seu isolamento dos brasileiros, de sua proximidade com os portugueses que permaneceram no Rio de Janeiro e de seu caráter despótico, demonstrado na dissolução da Assembleia Constituinte e na sangrenta repressão à Confederação do Equador. (VIDIGAL, 2014, p. 12-13)

A Guerra da Cisplatina não representou nenhum grande avanço para o jovem Império e agravou ainda mais a crise política de d. Pedro I. No contexto das relações externas pode ser evidenciado um corpo diplomático brasileiro sem muita autonomia e ainda muito dependente das decisões da coroa, nesse caso o próprio d. Pedro I.

A Guerra do Paraguai destaca-se como o conflito mais proeminente do Império e da história brasileira, uma vez que seu desfecho representou não apenas a vitória da Tríplice Aliança, mas a mudança de boa parte da geopolítica das repúblicas platinas. No plano das relações internacionais brasileiras, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Silveira de Souza, foi o responsável pela tarefa de prestar contas à Assembleia Geral Legislativa dos acontecimentos ao longo guerra. Castro (1983, p. 122), ao observar o relatório do ministro a respeito da guerra, relata que nesse constava “os oferecimentos ao Governo Imperial dos bons ofícios dos Estados Unidos para terminar a guerra”, tal como “os protestos do Peru e da Colômbia contra o Tratado da Tríplice Aliança”. O Ministério de Negócios Estrangeiros, o órgão responsável pela coordenação da política externa imperial, nesse momento, não mais atuava a fim de adquirir reconhecimento internacional para o Brasil, mas sim procurou mitigar os efeitos diplomáticos da guerra em relação ao Estado brasileiro. Essa atuação mitigadora revela-se, principalmente, na vitória brasileira da guerra, onde, avalia Doratioto:

A reconstrução do Estado paraguaio, mesmo com Solano López vivo e combatendo, era prioridade da diplomacia do gabinete conservador. Para realizar esse objetivo, o governo brasileiro teve que enfrentar dois obstáculos: a Legión Paraguaya e Buenos Aires. Os exilados paraguaios, que faziam parte da Legión, ao regressarem à Assunção, buscaram ocupar o vazio de poder decorrente da precária situação militar de Solano López. Fernando Iturburu, comandante da Legión, solicitou, ainda em janeiro, que o comandante das forças argentinas, general Gelly y Obes, filho do paraguaio Andrés Gelly y Obes, fosse nomeado presidente do país, com o que o comandante das tropas brasileiras, general Xavier de Souza, não concordou. A iniciativa do comandante da Legión não teria sido um ato sincero, mas apenas uma forma de conseguir uma definição pelos aliados sobre o estabelecimento de um governo de paraguaios para substituir o de López.¹²² De todo modo, houve motivos para Paranhos suspeitar de que os legionários estavam sob influência argentina e, portanto, iam contra os interesses do Império. (DORATIOTO, 2002, p. 422)

Mais do que procurar restabelecer o equilíbrio da bacia do Prata, a diplomacia brasileira, agora, viu-se obrigada a controlar o anseio da Confederação Argentina na aquisição ou anexação de territórios. Para o governo imperial, como evidencia Bueno (1983, p.110), “eliminava-se então a guerra de conquista, cujos resultados eram imprevisíveis”. Os preconceitos, ao longo da guerra, escalaram para uma série de ofensas deletérias e que

evidenciavam o estranhamento existente tanto do Brasil para com as repúblicas do Prata quanto as mesmas em relação ao Brasil. Carvalho, então, relembra:

Os preconceitos e estereótipos de lado a lado a floraram com clareza durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e nos anos que se lhe seguiram. Eles foram expressos nos cartuns das revistas ilustradas da época, como mostrou Ângela da Cunha Motta Telles. Solano López era representado na imprensa brasileira, sobretudo na *Semana Illustrada* (e também nas revistas argentinas) como um tirano bárbaro e cruel. Em contrapartida, os jornais paraguais *El Centinela* e *Cabichuí* retratavam os brasileiros como macacos, referência racista à presença de muitos negros nas tropas imperiais. A qualificação sequer poupava os comandantes militares brasileiros ou o próprio imperador e a princesa Isabel. O comandante aliado, Caxias, era “el macaco jefe”, o imperador era “el macacón”. O mesmo tratamento era dado aos brasileiros pela imprensa argentina. (CARVALHO, 2012, p. 283)

A diplomacia brasileira, assim, entrava em um contato intenso com os seus vizinhos, os quais, preocupados com os seus próprios interesses em relação ao conflito, geraram uma série de desafios para o governo imperial tanto ao longo da guerra quanto após o seu final. Podemos concluir, desta maneira, que a Guerra do Paraguai representou uma mudança significativa na atuação da diplomacia brasileira na América do Sul, pois a mesma viu-se impelida a oferecer respostas e soluções ante aos inúmeros desafios oferecidos tanto pela guerra quanto pelas ambições da Confederação Argentina em relação ao Prata. Pode-se, inclusive, observar que a crítica de Prado, com relação a América Hispânica, é fundamentada em parte no preconceito advindo das próprias relações histórico-culturais brasileiras com a região. Prado (2003, p. 12), ao observar a região, por exemplo, diagnostica que “a embrulhada e horrível história de todas essas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio”. Seu exame do futuro dessas nações foi mais passional do pragmático e, como já dito, teve em boa parte esse preconceito estabelecido já no Império.

4. O PAN-AMERICANISMO E O BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX

A ideia de pan-americanismo e fraternidade americana, embora tenha encontrado pouco entusiasmo no jovem Império, ao longo do século XIX, contudo, a situação gradualmente foi se invertendo. Na medida em que a economia americana ia crescendo, sua demanda por diversos tipos de matérias-primas crescia igualmente. No caso do Império do Brasil, no início do século XIX, se seu maior parceiro comercial era a Inglaterra, já na segunda metade do século XIX e até o final, os Estados Unidos obtiveram alto grau de preferência das exportações brasileiras. Cervo e Bueno, ao analisarem os dados, marcam como paulatinamente os Estados Unidos e seu progresso econômico foram predominando na economia brasileira, eles analisam:

Entre 1861 e 1865, o saldo brasileiro nas trocas com os Estados Unidos atingiu 1.246 mil libras; e, entre 1886 e 1890, 3.039 mil libras. O desequilíbrio desse comércio acentuou-se regularmente até o advento da República. O saldo comercial brasileiro na década de 1841-1850 foi de 41,6 milhões de dólares; na década de 1851-1860, de 124,3 milhões. Em 1870, os Estados Unidos absorviam 75% das exportações do café e o comércio bilateral era ligeiramente superior ao comércio entre os Estados Unidos e o resto da América Latina. Em 1889, os Estados Unidos absorviam 61% das exportações totais, enquanto colocavam no mercado brasileiro apenas 5% das importações totais. (CERVO, 2022, p. 146)

Esse maior interesse pelos Estados Unidos deve-se pela expansão da demanda pelo café e por outras *commodities* por parte do mercado americano. O café, contudo, merece um maior destaque, já que chegou a representar 61,5% do total do valor dos produtos exportados pelo Brasil, como evidencia a tabela a seguir:

Tabela 1: Exportações de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total de exportações)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821-1830	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-1900	95,6	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,1

Fonte: Comércio Exterior do Brasil – n. 1 – C.E. e N. 12-A, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda (apud Silva, 1976:8).

O final do século XIX, sendo assim, no Brasil, observou uma expansão das atividades econômicas em diversos setores, mas com grande relevância para a produção e exportação do café. O mercado final dessas *commodities* foram os Estados Unidos da América cujo desenvolvimento industrial acelerou e requisitou cada vez mais uma série de insumos. Na economia, então, como se observa, os Estados Unidos não adquiriram uma relevância apenas com o advento de República em 1889, mas sim foram ampliando essa principalmente na segunda metade do século XIX ainda no Império. Em 1895, por exemplo, Moniz Bandeira (2014, p.58-59) observa que “ os EUA já eram então o principal cliente do Brasil, a absorver-lhe cerca de 60% das exportações de café, bem como grandes quantidades de borracha, cacau e outros produtos”. A presença do Brasil no debate sobre o pan-americanismo, portanto, não foi uma decisão apenas do Império, mas pode-se avaliar que tenha obedecido mais o

pragmatismo diante dessa importância do comércio do que unicamente um desejo ideológico da República.

Outro cenário que pressionava as relações exteriores do Império era o rápido progresso econômico argentino, o qual gerou uma série de debates na vida política brasileira sobre a necessidade e a urgência da monarquia reformar-se para inserir-se nessa onda de desenvolvimento econômico. No parlamento, em 1888, o senador pela província de Santa Catarina, Escragnolle Taunay, ao observar essas profundas transformações, principalmente em relação à imigração, na sociedade brasileira, analisa:

Não, senhores; de cada imigrante que entrar no país, devemos tentar logo fazer um cidadão brasileiro e para isto há como prendê-lo definitivamente ao solo, dar-lhe para cultivo e posse um canto da nossa imensa terra que seja privativamente dele e que possa transmitir a seus filhos, a sua família. Eis o grande ideal, o grande meio que produziu as maravilhas dos Estados Unidos e que tão extraordinárias consequências dão à República Argentina, impelindo-a, vertiginosamente no caminho do progresso.⁴

O senador Gaspar Silveira Martins, pela província do Rio Grande do Sul, da mesma maneira, alerta o império para a urgência de seu posicionamento frente ao progresso que se espalhava pelo cone sul, ele afirma:

Agora mesmo vê a câmara de Montevideú decretar estradas de ferro para fronteira do Brasil. Ora, quando na República Argentina de todos os pontos partem estradas de ferro para a fronteira; quando na república do Uruguay, menos povoada e menos extensa em território do que o Rio Grande do Sul, preparam-se caminhos de ferro; o orador tem razão de querer que sustentemos a nossa posição, não em nome do Rio Grande do Sul, mas em nome do Império, si os governos querem conservar aquela província. Si não querem, entreguem a sua defesa a responsabilidade dos rio-grandenses, que são capazes de defendê-la. Mas, si o Rio Grande é uma província do Império e provavelmente será ainda um dia o seu campo de batalha, é preciso que os seus representantes imediatos sejam os mais esforçados em pugnar por este melhoramento urgente.⁵

O pan-americanismo, à vista disso, voltou ao centro das discussões políticas brasileiras na segunda metade do século XIX. O Segundo Reinado não só observou uma expansão das atividades consulares do Império nas nações americanas quanto, da mesma forma, como recorda Castro (1983, p. 84), “o incremento do comércio e da navegação internacionais provocaram a expansão das atividades consulares”. A aproximação com as repúblicas do continente americano, todavia, embora menos onerosas para as relações exteriores brasileiras,

⁴ AS, sessão de 08 de maio de 1888, v. 1, p. 27.

⁵ AS, sessão de 06 de junho de 1888, v. 2, p. 38-39.

era ainda tratada com cautela, uma vez que a classe política monarquista temia a absorção de ideais republicanos através da ampliação desses contatos. Observa-se, a partir daí uma posição ambígua do Império do Brasil para com as recentes repúblicas hispano-americanas e até mesmo para com os Estados Unidos. Cervo, desta maneira, analisa a situação da seguinte maneira:

A ampliação das relações com a América. É o reverso do pensamento anterior. Considera-se a diplomacia americana simples, porém eficiente, características que distanciam do fausto e da inutilidade da escola europeia. As relações com os jovens Estados americanos seriam menos onerosas e trariam mais dividendos ao Brasil. Porém, o governo ainda não se dispusera a encetá-las, por prudência, segundo Barbacena, visto representarem outros sistemas políticos. “O nosso governo – esclarece Lino Coutinho – parece sentir um terror pânico só em ouvir pronunciar o nome de repúblicas”. (CERVO, 1981, p. 39)

Essa preocupação para com o republicanism, por sua vez, pode ser observada no senador José Martins da Cruz Jobim, membro do Partido Conservador, o qual ainda mantinha o mesmo credo institucional que embasara a escolha da monarquia nos primórdios do processo da independência, pois analisou o senador na sessão de 2 de junho de 1851:

Quisera que à vista desses fatos esses homens da democracia, se têm boa fé, decidissem se querem com efeito semelhante estado de coisas para o nosso país, e se nós não temos motivos para dar milhares de agradecimentos à Providência Divina, que nos tem conservado nesta monarquia constitucional em que me parece que a diferença é extrema, mesmo apesar das rebeliões porque têm passado as nossas províncias. O senado me permitirá que lance um rápido olhar desde o México até ao Sul, referindo ao menos que atualmente se está passando nesses países, que, creio eu, interessa-nos muito mais do que o que se está agora passando em França. Nós sabemos, Sr. presidente, que há quarenta e tantos anos esses países se debatem no meio do sangue e da lama dessa chamada democracia pura, sem poderem jamais levantar-se. Nós sabemos que o prestígio da força bruta é a única coisa que ali dá consideração ao homem, que o faz aparecer na cena política, para ser suplantado logo depois por prestígio ainda mais forte de uma força nova e aventureira que se apresenta em campo triunfante. Esta é a cena interminável que se tem representado há quarenta e tantos anos nessa parte da América de língua espanhola, e estas guerras de caudilhos ou cabecilhas, guerras intermináveis que não deixam após si senão sangue e ruínas, que outro efeito tem produzido senão a mais deplorável dissolução social?⁶

Se por um lado os Estados Unidos, como já visto, ocupavam um lugar de grande relevância, ainda que com seus atritos, na diplomacia do Império, o mesmo não pode ser dito das demais repúblicas hispano-americanas. O republicanism nessas era observado, por essa classe política do Império, como o reflexo de uma disfunção institucional cujo Brasil estava a salvo. O Império, portanto, observou-se como um caso singular em uma América Latina

⁶ AS, sessão de 02 de junho de 1851, v. 2, p. 08.

predominantemente, aos olhos desses, mergulhada no caos político e social. Torres, ao estudar sobre as características do governo monárquico brasileiro, observou que:

Cada geração, cada reinado, possui uma “necessidade política” dominante; a da época de D. Pedro II seria a unidade nacional, contra a qual conspiravam tantos fatores e era o primeiro o mais urgente problema do país; e para que o Brasil existisse como uma nação única, e não como simples expressão geográfica, como hoje se diz América Latina, importava um conjunto de providências. (TORRES, 2017, p.568)

Tal posicionamento, portanto, manter-se-á entre os monarquistas ao longo da duração de todo o Império do Brasil, os quais, cientes da expansão da importância do continente americano frente aos assuntos estrangeiros do Império, ainda resguardavam desconfianças de regimes que observavam como produtores de ruínas e guerras. Essa contextualização, por conseguinte, permite-nos observar a questão do pan-americanismo não apenas pelo viés econômico, mas também pela base ideológica que sustentava o Império do Brasil. Observe-se uma visão de monarquia como um anteparo institucional a um conjunto de ideais republicanos que, embora sedutores pelos princípios que carregavam, na prática trariam tirania, guerra, declínio econômico e insegurança política para o Brasil e os exemplos eram as próprias repúblicas hispano-americanas. *A Ilusão Americana*, deste modo, é o reflexo do monarquismo ainda vigente na oposição republicana ao longo da República da Espada. Prado tomou como princípios para a sua crítica um Brasil como uma nação atlântica, um caso único na América e um produto da política imperial que soube resguardar a unidade nacional. O oposto disso, para Prado, não era a forma de governo republicano em si, mas o modo como essa foi implementada no Brasil. A advertência de Prado em 1893 provém de uma visão política cujo objetivo era manter a nação brasileira orientada nessa posição “especial” tanto nas políticas interna quanto nas relações externas. Prado (2003, p. 11) manifesta isso no início de sua obra, indagando-se de “onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo”? Prado, desta forma, defendia sim uma monarquia singular que dialoga com potências europeias e nações americanas, mas procurasse manter independente ante aos interesses do Brasil e não o de outras nações.

O pan-americanismo emergiu cada vez mais como uma pauta a ser debatida e não mais menosprezada pela instituição monárquica. Se no passado, ao longo do Primeiro Reinado e de Regência, a questão ficou fria, nas últimas décadas do império, por sua vez, o pan-americanismo ganhou notável preocupação por parte das autoridades do Império. Ao longo dos congressos pan-americanos, a Chancelaria brasileira procurava se mostrar hábil,

mas também flexível. Ela nunca se contrapôs categoricamente ao projeto, mas também não usava de sua força para promovê-lo, ficando assim em uma situação de ambiguidade estratégica, a qual tanto mostrava o empenho do império na causa, mas também atendia aos interesses próprios do mesmo na não consolidação desse projeto. Cervo, quanto à estratégia do governo brasileiro, analisa:

O governo brasileiro contrapunha à diplomacia idealista do pan-americanismo sua própria diplomacia realista, pela qual resolveu ou encaminhou satisfatoriamente todos os problemas de relacionamento (limites, navegações, comércio, segurança), e só então, em 1888 e 1889, tomou, pela primeira vez, assento em congressos americanos. (CERVO, 2022, p. 151)

Fica evidente, por fim, que a última década do império e os primeiros anos após o golpe republicano, foram marcados um processo de amplas transformações econômicas, sociais e institucionais. As relações exteriores tanto do império quanto da república viram-se desafiadas diante de um mundo que deslocava seu poder gradualmente da Europa para os Estados Unidos. Com o irromper do conflito com o Paraguai, o império viu-se obrigado a expandir o olhar com relação as nações americanas, procurando distender uma série de conflitos não só de ordem externa, mas também de ordem interna. Por outro lado, a demanda por uma monarquia atualizada e conectada com o progresso que se desenvolvia no mundo, fez o império ampliar sua imagem e presença no cenário internacional. O golpe republicano, como visto anteriormente, foi o reflexo da crise que esteve inserida na monarquia brasileira, mas que essa não foi eficiente em saber responder. A República, por outro lado, preocupada em se fazer legítima tanto internamente quanto externamente, tomou ações mais ideológicas do que pragmáticas. Doratioto, ao avaliar a Conferência Pan-Americana de Washington, analisa que:

Os novos donos do poder não tinham plano definido para política externa, exceto o de rejeitar as orientações principais que vinham da diplomacia imperial. Assim, em relação aos Estados Unidos, foi abandonada a postura de cautela anterior quanto à Conferência Pan-Americana de Washington, na qual o governo norte-americano buscava ser reconhecido como líder continental e ter acesso privilegiado ao mercado latino- -americano. O governo provisório orientou genericamente o novo representante na Conferência, Salvador de Mendonça, a adotar um “espírito americano”, o que, na prática, significou o alinhamento brasileiro com as posições norte-americanas. (DORATIOTO, 2014, p.67)

É compreensível, portanto, o posicionamento de Prado ante a esse americanismo ingênuo. O Brasil, para Prado, então, caiu na armadilha da ilusão americana, sacrificando suas tradições políticas para abraçar uma república que só produziria instabilidade e caos. É importante salientar, contudo, que a análise de Prado não leva em questão as crises do próprio

sistema monárquico diante dos desafios que iam se estabelecendo na economia, na vida social e na política. O pan-americanismo para o autor emerge como uma surpresa inconveniente tirada da imaginação de homens com uma visão obtusa. Essa visão do autor, como analisado, também não procede historicamente, já que mesmo no Império a pauta foi gradualmente se tornando importante, ainda que esse manifestasse uma cautela ante a mesma. A expansão do comércio com os Estados Unidos, os conflitos do Império na América do Sul e a resolução desses por via diplomáticas, resultaram naturalmente em uma política externa que obrigatoriamente pensasse a posição do Brasil na América, principalmente a América do Sul. Se por um lado é certo que a República começou com posicionamentos atabalhados, por outro ela foi a resposta das elites políticas e econômicas a esse reposicionamento do Brasil no cenário interno e externo.

5. CONCLUSÃO

O pan-americanismo, ao longo de todo o século XIX, como evidenciado por meio desse artigo, teve momentos de maior ou menor adesão. Ao longo do Império, a aproximação tanto para com os Estados Unidos como com a América Hispânica passaram por uma série de eventos que, gradualmente, ampliaram o contato do Brasil e as Américas. Essa aproximação, todavia, não ocorreu sem sofrer críticas e Prado foi uma das vozes que não só se contrapôs à ideia de uma fraternidade americana, como também influenciou inúmeros outros autores no século XX. A análise de sua obra, portanto, nos permite avaliar uma gama de sentimentos e posicionamentos que existiram no declínio do regime monárquico e na ascensão republicana no Brasil.

A sua obra *A Ilusão Americana*, mesmo sendo alvo de censura por parte do Governo Provisório da Primeira República manteve-se relevante em seu contexto e mesmo após este, tanto como fonte histórica quanto uma advertência constante do posicionamento do Brasil no cenário externo e dos perigos de se abraçar a ilusão americana. A obra, sendo assim, deve ser compreendida como um reflexo das próprias relações de Prado para com o contexto da ascensão republicana no Brasil. Se, por um lado, a crítica de Prado elenca pontos importantes para se refletir as primeiras décadas republicanas, por outro, ela manifesta uma série de posicionamentos ideológicos que respaldam a monarquia sem lhe fazer a devida crítica.

Como já observado, a monarquia brasileira passou por uma série de crises na segunda metade do século XIX e principalmente após a Guerra do Paraguai, que exauriram as suas

instituições. O Império não sabendo responder aos anseios econômicos, políticos e sociais, cada vez mais foi sendo interpretado como um obstáculo a mudanças tanto na esfera política quanto econômica. As transformações aceleradas nas áreas econômicas, sociais e políticas, na última década do Império até a primeira década republicana, evidenciam como foram conturbadas e mostraram-se um verdadeiro desafio não só para o Império como até mesmo para a República. O país, desde a década de oitenta do século XIX, assistira mudanças estruturais no cenário nacional, principalmente após a abolição da escravatura em 1888, impulsionadas pelo dinamismo econômico do setor cafeeiro paulista e pelo novo papel reivindicado pelas forças armadas. A monarquia, por fim, não resistiu à quantidade de questões que foram paulatinamente se sobrepondo ante a classe política. A defesa de Prado da monarquia, assim, não observou a devida crítica ao regime, pois sua obra se concentrou em criticar a emulação brasileira das instituições americanas.

A aproximação com os Estados Unidos, principalmente, foi o objeto da crítica de Prado. Dentre as novas dinâmicas que se apresentaram no cenário internacional, a advertência de Prado, quanto à aproximação desmedida do governo republicano em relação tanto dos Estados Unidos quanto da América Latina refletiu esse cenário de profundas transformações que estavam ocorrendo no final do século. A aproximação da Primeira República com os Estados Unidos e a América Latina, obedecia a uma ordem de interesses econômicos e ideológicos, pois, sob o conceito de “fraternidade das pátrias americanas”, o republicanismo visava aproximar-se destas regiões tanto em progresso econômico, incluindo o comércio do café com os Estados Unidos, como social, por uma espécie de verossimilhança. Como já foi observado, essa verossimilhança foi mais ingênua do que pragmática. O único adendo a ser feito com relação a esse ponto é de que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e a América Hispânica iniciou-se ainda no Império. Prado, assim, adverte, como interpretou Torres (2017), os povos sobre os perigos de se abraçar a “ilusão americana”, mas não uma oposição do Brasil à realidade americana. A Guerra do Paraguai, também, se evidenciou muito relevante não só para a diminuição dos atritos com as nações vizinhas, mas igualmente para a ampliação do diálogo regional.

O pan-americanismo, em Prado, deve ser analisado à luz do seu contexto histórico, pois acaba por interpretar a América Latina com preconceitos advindos do Império. Em muitos momentos observa-se em Prado uma visão de Brasil como nação atlântica e com um posicionamento singular diante de uma América Latina tomada por repúblicas tirânicas e bárbaras. Essa visão do autor é reflexo da própria maneira como o Império se enxergava e,

portanto, deve ser tomada mais como um argumento ideológico do que uma análise crítica do autor quanto ao assunto. No final do século XIX, principalmente após o conflito na Bacia do Prata, as nações sul-americanas passaram a desempenhar uma maior relevância nos interesses da própria monarquia, seja para resolver querelas fronteiriças, seja por razões econômicas. O fato de a monarquia estar participando da Conferência Pan-Americana de Washington, ainda que com seus receios, revela como era importante o Brasil se posicionar diante dessa pauta e abrir canais de diálogo mais profundo tanto com os Estados Unidos quanto à América Latina.

O estudo da obra de Prado, sendo assim, contribui não só para a compreensão da atmosfera presente nos anos após o Golpe de 1889, como também permite-nos analisar o contexto da aproximação com as Américas desde os anos do Império e a oposição, em relação à mesma, por parte dos monarquistas. A pesquisa procurou evidenciar as circunstâncias por de trás da obra, fosse suas razões ideológicas que jogavam um olhar sobre parte dos princípios ideológicos do Império, como suas razões históricas que confrontassem ou corroborassem a crítica de Prado. Fica evidente que a questão do pan-americanismo, ao longo do Império do Brasil, não foi uma questão fácil e foi marcada por diversos momentos tanto de proximidade quanto de afastamento com relação a república anglo-saxã e a América Hispânica. A obra de Prado, da mesma forma, convida-nos a refletir sobre o posicionamento do Brasil no cenário internacional não somente no final do século XIX, mas mesmo na atualidade, sendo, portanto, uma reflexão importante sobre o papel do Estado brasileiro diante dos desafios externos.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BARBOSA, João Alexandre. História da literatura brasileira. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.), Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico. 2º edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BASTOS, Elide Rugai. Ordem e progresso. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.), Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico. 2º edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 22, nº 44, jul/dez, 2009, p. 289-321.

_____. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. Também publicado na revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.

BUENO, Clodoaldo. Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARDOSO, M. da S. (2011). Oliveira Lima, diplomata da “Belle Époque”. *Ciência & Trópico*, 9(1). Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/253>.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). A Construção Nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. História da organização do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil / Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. 6ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

_____. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CONGRESSO NACIONAL. Anais do Congresso Constituinte da República. 2ª Edição: Volumes I ao IV. Senado Federal, 1890.

_____. Anais do Congresso Constituinte da República. 2ª Edição: Volumes I ao VII. Senado Federal, 1891.

_____. Anais do Congresso Constituinte da República. 2ª Edição: Volumes I ao VI. Senado Federal, 1892.

_____. Anais do Congresso Constituinte da República. 2ª Edição: Volumes I ao IV. Senado Federal, 1893.

CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas. (org.) Relações internacionais do Brasil : antologia comentada de artigos da Revista IHGB (1841-2004). Brasília : FUNAG, 2016.

CUNHA, Francisco. Propaganda contra o Império: reminiscências na imprensa e na diplomacia (1870 a 1910). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

COLLINGWOOD, Robin George. A ideia de história. 5ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. O Brasil no Rio Prata. 2ª Edição. Brasília: FUNAG, 2014.

_____. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA E DELGADO, Jorge e Lucilia de Almeida Neves. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCO, Gustavo H. B. A Primeira Década Republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.), A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 11-30.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico, v.7: do Império à República. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LEVI, D. A família Prado. São Paulo: Cultura 70, 1977

LIMA, Oliveira. Pan-Americanismo. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, Agosto. 2018.

RAFFAELLI, Marcelo. A Monarquia e a República: aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: CHDD; FUNAG, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OURO PRETO, Affonso Celso de Assis Figueiredo. Advento da ditadura militar no Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História do Brasil nação 1808-2010. Vol. 2. São Paulo: Objetiva, 2013.

PRADO, Eduardo Paulo da Silva. A ilusão americana. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003

_____. Fastos da Ditadura Militar no Brasil: artigos publicados na Revista de Portugal de dezembro de 1889 a junho de 1890 / Frederico de S. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017

SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SENADO IMPERIAL. Anais do Senado Imperial: Livro I ao VI. Brasília: Senado Federal, 1888.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História do Brasil nação 1808-2010. Vol. 2. São Paulo: Objetiva, 2013.

TORRES, João Camillo de Oliveira. Teoria geral da história. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1963.

_____. A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmaras, 2017.

_____. Estratificação social no Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

_____. Interpretação da Realidade: introdução à história das ideias políticas no Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

VENTURA, Roberto. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.), Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico. 2º edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

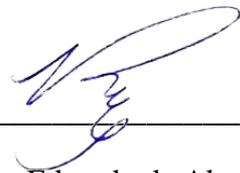
VIANNA, Helio. História da República: História diplomática do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das relações internacionais do Brasil / Carlos Eduardo Vidigal, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto; coordenado por Antônio Carlos Lessa, Henrique Altemani. São Paulo: Saraiva, 2014.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Roberto Eduardo de Almeida Ribeiro**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *A crítica ao pan-americanismo: uma perspectiva histórica da obra A ilusão americana de Eduardo Prado* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 23/06/2023



Discente: Roberto Eduardo de Almeida Ribeiro

Matrícula: 202058480